

MPF apresenta denúncia contra ex-diretores da Dersa e Galvão

O Ministério Público Federal apresentou nova denúncia contra os ex-diretores da Dersa Mário Rodrigues Júnior e Paulo Vieira de Souza, conhecido como Paulo Preto, e o ex-executivo da Galvão Engenharia José Rubens Goulart Pereira, acusados de lavagem de dinheiro.



Segundo os procuradores paulistas, teriam sido pagas propinas, de 2005 a 2009, para o favorecimento de empreiteiras em obras viárias do governo paulista durante as gestões de Geraldo Alckmin e José Serra. As transações para contas na Suíça podem ter chegado a US\$ 10,8 milhões (mais de R\$ 60,7 milhões, pelo câmbio atual).

Na denúncia, os procuradores tratam da ocultação do dinheiro ilícito supostamente pago pela Galvão Engenharia para fazer parte do cartel de construtoras que definiu a divisão e o superfaturamento das obras do Rodoanel Sul e do Sistema Viário Estratégico Metropolitano de São Paulo.

De acordo com o MPF, Mário Rodrigues Júnior e Paulo Preto teriam recebido o dinheiro no exterior por meio de empresas registradas em paraísos fiscais. José Rubens Goulart Pereira foi o principal articulador dos pagamentos, diz a denúncia, que aponta que o ex-diretor da Galvão Engenharia contou com a colaboração de seu irmão, Cristiano Goulart Pereira, também denunciado.

Profissional do mercado financeiro suíço, ele atuava, dizem os procuradores, como representante dos ex-diretores da Dersa na movimentação das contas no país europeu e facilitava as transações ilícitas. Os investigadores identificaram que Cristiano, Mário Rodrigues e Paulo Vieira mantinham contas no banco Bordier & Cie, todas abertas em nome de *offshores* geridas por uma mesma pessoa jurídica, a Del Toboso Trust Co. S.A..

Também foi denunciada a então mulher de Mário Rodrigues, Andrea Bucciarelli Pedrazzoli, acusada de receber parte dos recursos transferidos ao marido.

Os advogados **Daniel Bialski** e **Juliana Bignardi**, que representam Rodrigues Júnior e Pedrazzoli,



disseram que até o momento não tiveram acesso aos autos. "Não temos conhecimento sobre os fatos até porque, em momento algum, Mário foi convocado a prestar esclarecimentos na Polícia Federal ou no Ministério Público. Recebemos com espanto a notícia desta denúncia, veiculada pela grande mídia, que, ao que nos parece, dá conta de mais uma infundada acusação. Temos convicção que esta virá a ser arquivada, assim como outras já foram, uma vez que Mário sempre se pautou pela ética e probidade enquanto era funcionário da Dersa e durante toda sua vida pública", afirma Bialski.

Além das contribuições de colaboradores, o MPF diz ter analisado uma grande quantidade de documentos bancários remetidos pela Suíça, traçando o complexo caminho das movimentações financeiras feitas pelos investigados para ocultar e dissimular a origem e a natureza ilícita dos valores.

Os procuradores querem que eles sejam condenados à devolução dos valores ilícitos recebidos e à reparação dos danos causados aos cofres públicos. *Com informações da assessoria de imprensa do MPF-SP.*

Clique [aqui](#) para ler a denúncia
PIC 1.34.001.004753/2019-69

Autores: Redação ConJur